LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 03 DE JULHO DE 2025.

CERTIDÃO

Certifico que este ato foi publicado
no placar Oficial do Município.

Goiás-GO, 03/07/2025

Sec. Adm. e Finanças
Sec. Mun. Adm. e Finanças e
Gestor do Município de Goiás-GO

Regulamenta o § 3º do art. 88, da Lei Orgânica do Município de Goiás, fixa os períodos das licenças maternidade e paternidade, e revoga os artigos 61 e 62, da Lei n. 169, de 9 de novembro de 1995, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Goiás e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta a licença maternidade e paternidade de servidoras/es públicas/os municipais, no caso de adoção de criança, prevista no § 3º do art. 88, da Lei Orgânica do Município de Goiás, fixa os períodos da licença maternidade e da licença paternidade e amplia as hipóteses da licença paternidade.

Art. 2º A licença de servidores/as públicos/as municipais no caso de adoção de criança será de:

- I - 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade; e
- II - de 15 (quinze) dias de licença paternidade.

§ 1º No caso de adoção de criança por casal homoafetivo, as licenças observarão as duas distinções de prazos estabelecidas neste artigo.

§ 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei Complementar, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, conforme definido no art. 2º, caput, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º À servidora pública municipal gestante será concedida, mediante avaliação médica, licença maternidade, com a remuneração ou o subsídio correspondente ao cargo, em razão de nascimento de filho/a, adoção ou guarda judicial de criança para fins de adoção, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir do seu respectivo fato gerador.

§ 1º Salvo prescrição médica em contrário, a licença maternidade será concedida a partir da data do parto.

§ 2º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do parto, a servidora pública será submetida à avaliação médica e, se julgada capaz, reassumirá o exercício.

§ 3º Após o término da licença maternidade, a servidora pública disporá de uma hora por dia para amamentação da criança, até os 6 (seis) meses de idade.

§ 4º A redução da jornada prevista no § 3º deste artigo dar-se-á em dois períodos de 30 (trinta) minutos cada.

§ 5º A servidora pública gestante, quando ocupante de cargo cujas atribuições exijam maior esforço físico, será deslocada para a função compatível com a sua condição, a partir do quinto mês de gestação, sem configurar causa para alteração funcional ou em seus vencimentos.

Art. 4º Ao servidor público municipal será concedida licença paternidade, com a remuneração ou o subsídio correspondente ao cargo, em razão de nascimento de filho/a, incluído o caso de natimorto, adoção ou guarda judicial de criança para fins de adoção, pelo período de 15 (quinze) dias contados a partir do seu respectivo fato gerador.

Art. 5º As licenças de que tratam esta Lei Complementar serão concedidas mediante requerimentos específicos, por parte das pessoas interessadas, com a apresentação da documentação oficial comprobatória do fato que a gerar, na forma do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O Poder Executivo editará regras complementares para regulamentar a aplicação do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 6º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei Complementar serão suportadas por dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual, para cada exercício financeiro.

Art. 7º Ficam revogados:

I - os artigos 61, 62 e o seu parágrafo único da Lei n. 169, de 9 de novembro de 1995, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Goiás e dá outras providências"; e

II - a Lei n. 02, de 19 de abril de 2011, que "Dispõe sobre a prorrogação, no âmbito do Município de Goiás, do prazo da Licença-Maternidade de quatro meses (120 dias) para seis meses (180 dias) das servidoras públicas municipais e dá outras providências".

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS/GO, 03 de julho de 2025.

ADERSON LIBERATO GOUVEA

Prefeito

Aderson Liberato Gouvea
Prefeito de Goiás